

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações Contábeis
Consolidadas -
Conglomerado Prudencial
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial	3
Balanço Patrimonial Consolidado - Conglomerado Prudencial	6
Demonstração do Resultado Consolidada - Conglomerado Prudencial	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado - Conglomerado Prudencial	8
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada - Conglomerado Prudencial	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam:

- a. As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b. Por ser a primeira apresentação anual das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 05 de fevereiro de 2015.

São Paulo, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

31.12.2014		31.12.2014	
ATIVO CIRCULANTE		49.537.924	PASSIVO CIRCULANTE
Disponibilidades	(Nota 4)	190.247	Depósitos
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5a)	7.346.668	(Nota 16a)
Aplicações no mercado aberto		5.827.192	Depósitos à vista
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.519.476	Depósitos interfinanceiros
			Depósitos a prazo
			1.945.622
			Captações no Mercado Aberto
			(Nota 16c)
			25.825.776
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		13.946.941	Carteira própria
Carteira própria	(Nota 6a)	8.702.646	Carteira de terceiros
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 6a)	4.440.043	
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 6a)	358.684	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6d)	547.008	(Nota 18)
(Provisão para desvalorização de títulos livres)	(Nota 6a)	(101.440)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares
			Recursos de debêntures
			Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior
			Certificados de operações estruturadas
			21.726.736
			4.099.040
Relações Interfinanceiras		75.327	36.157
Créditos vinculados	(Nota 7a)	55.205	Relações Interdependências
Depósitos no Banco Central		55.205	Recursos em trânsito de terceiros
Repasses interfinanceiros		19.627	Transferências internas de recursos
Correspondentes		495	2.871.649
			Obrigações por Empréstimos
			(Nota 17a)
			2.875.467
Relações Interdependências		1.376	Empréstimos no País - outras instituições
Transferências internas de recursos		1.376	Empréstimos no exterior
			2.871.649
Operações de Crédito	(Nota 8a)	24.483.812	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais
Setor público		51.928	(Nota 17b)
Setor privado		20.914.349	Tesouro Nacional
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.009.017	BNDES
(Provisão para operações de crédito)		(2.491.482)	Finame
			101.340
			720.144
			487.445
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.898)	Instrumentos Financeiros Derivativos
Arrendamento a receber - Setor privado	(Nota 8b)	312.748	(Nota 6d)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(Nota 8b)	(292.921)	Instrumentos financeiros derivativos
Adiantamentos a fornecedores		3.006	
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(Nota 8a)	(25.731)	Outras Obrigações
			Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes
			Carteira de câmbio
			Sociais e estatutárias
			Crédores por antecipação de valor residual
			Fiscais e previdenciárias
			Negociação e intermediação de valores
			Diversas
			13.041
			1.052.608
			323.831
			358.653
			692.510
			372.168
			10.670.838
Outros Créditos		3.302.747	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Carteira de câmbio	(Nota 10a)	1.722.135	34.914.237
Rendas a receber		29.576	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Negociação e intermediação de valores		295.325	34.881.776
Diversos	(Nota 9)	1.947.450	Depósitos
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8a)	(691.739)	(Nota 16a)
			Depósitos interfinanceiros
			Depósitos a prazo
			1.044.610
			485.960
Outros Valores e Bens	(Nota 11)	193.704	Captações no Mercado Aberto
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		160.759	(Nota 16c)
(Provisão para desvalorizações)		(35.793)	Carteira própria
Despesas antecipadas		68.738	Carteira de terceiros
			Carteira de livre movimentação
			2.148.973
			8
			11.064
ATIVO NÃO CIRCULANTE		50.350.440	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		49.073.715	(Nota 18)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5a)	36.725	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares
Aplicações no mercado aberto		25.450	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior
Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.275	6.875.259
			5.297.246
			Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais
			(Nota 17b)
			2.477.381
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		17.167.139	Tesouro Nacional
Carteira própria	(Nota 6a)	6.303.207	BNDES
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 6a)	7.587.828	Finame
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 6a)	2.357.748	1.125.983
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6d)	957.730	Instrumentos Financeiros Derivativos
(Provisão para desvalorização de títulos livres)	(Nota 6a)	(39.374)	(Nota 6d)
			Instrumentos financeiros derivativos
			Outras Obrigações
			Fiscais e previdenciárias
			Negociação e intermediação de valores
			Crédores por antecipação de valor residual
			Dívidas subordinadas
			Instrumentos de dívidas elegíveis a capital
			Diversas
			740.466
			110.107
			64.255
			5.805.248
			434.290
			8.581.454
Operações de Crédito	(Nota 8a)	24.251.227	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Setor público		472.550	32.461
Setor privado		17.936.622	PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.881.728	-
(Provisão para operações de crédito)		(1.039.673)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			7.553.874
Operações de Arrendamento Mercantil		(6.161)	Capital
Arrendamento a receber - Setor privado	(Nota 8b)	120.791	De domiciliados no País
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(Nota 8b)	(117.290)	(Nota 22a)
Adiantamentos a fornecedores		486	7.125.761
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(Nota 8a)	(10.148)	Reservas de Capital
			(Nota 22b)
			372.120
Outros Créditos		6.994.856	Reservas de Lucros
Créditos por avais e fianças honradas		608.401	(Nota 22c)
Carteira de câmbio	(Nota 10a)	10.491	383.116
Rendas a receber		56.845	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Negociação e intermediação de valores		339	(Nota 22e)
Diversos	(Nota 9)	6.321.614	(327.123)
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8a)	(2.834)	
Outros Valores e Bens	(Nota 11)	629.929	
Despesas antecipadas		629.929	
PERMANENTE		1.276.725	
Investimentos		299.515	
Participações em controladas	(Nota 12a)	238.026	
No País		238.026	
Outros investimentos	(Nota 12b)	104.859	
(Imparidade acumulada)	(Nota 12b)	(43.370)	
Imobilizado de Uso	(Nota 13)	93.524	
Outras imobilizações de uso		236.927	
(Depreciação acumulada)		(143.403)	
Imobilizado de Arrendamento	(Nota 14a)	802.406	
Bens arrendados		1.301.704	
Superveniência de depreciação		503.234	
Depreciações acumuladas		(1.002.532)	
Intangível	(Nota 15a)	39.722	
Ativos intangíveis		99.297	
(Amortização acumulada)		(35.784)	
(Imparidade acumulada)		(23.791)	
Diferido		41.558	
Gastos de organização e expansão		76.003	
(Amortização acumulada)		(34.445)	
TOTAL DO ATIVO		99.888.364	TOTAL DO PASSIVO
			99.888.364

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

		2º Semestre/2014	Exercício/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.103.508	16.819.335
Operações de crédito	(Nota 8c)	3.964.873	7.474.049
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 8i)	921.122	1.785.855
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	1.853.843	3.687.257
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6e)	406.423	310.243
Resultado de operações de câmbio	(Nota 10b)	196.112	164.830
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 7b)	-	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.761.135	3.396.823
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(8.025.420)	(14.540.721)
Operações de captação no mercado	(Nota 16d)	(4.373.385)	(7.344.898)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 17c)	(321.799)	(371.531)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 8i)	(872.724)	(1.662.014)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(1.238.186)	(2.339.962)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 8g)	(1.219.326)	(2.822.316)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.078.088	2.278.614
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(945.265)	(1.837.576)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 20a)	239.714	449.681
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 20b)	275.593	511.154
Despesas de pessoal	(Nota 20c)	(683.597)	(1.318.061)
Outras despesas administrativas	(Nota 20d)	(581.077)	(1.118.104)
Despesas tributárias	(Nota 23c)	(280.178)	(514.893)
Resultado de participações em controladas	(Nota 12a)	72.641	147.842
Outras receitas operacionais	(Nota 20e)	464.491	712.933
Outras despesas operacionais	(Nota 20f)	(452.852)	(708.128)
RESULTADO OPERACIONAL		132.823	441.038
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 21)	(35.574)	106.172
Receitas não operacionais		11.581	179.204
Despesas não operacionais		(47.155)	(73.032)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		97.249	547.210
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 23a)	212.160	144.918
Provisão para imposto de renda		58.237	37.654
Provisão para contribuição social		(9.499)	(49.829)
Ativo fiscal diferido		163.422	157.093
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS	E		
RESULTADOS		(99.399)	(189.679)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-
LUCRO LÍQUIDO		210.010	502.447

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Outras			
Saldos em 30.06.2014	7.125.761	-	372.120	14.622	-	(203.743)	277.815	7.586.575
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 22e)	-	-	-	-	-	(123.380)	-	(123.380)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	210.010	210.010
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	10.501	-	-	(10.501)	-
Reserva especiais de lucros	-	-	-	-	357.993	-	(357.993)	-
Dividendos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	-	(119.331)	(119.331)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Mutações do período	-	-	-	10.501	357.993	(123.380)	(277.815)	(32.701)
Saldos em 31.12.2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	-	7.140.682
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 22e)	-	-	-	-	-	30.076	-	30.076
Integralização de Capital (Nota 22a)	98.920	(98.920)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	502.447	502.447
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	25.123	-	-	(25.123)	-
Reserva especiais de lucros	-	-	-	-	357.993	-	(357.993)	-
Dividendos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	-	(119.331)	(119.331)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Mutações do período	98.920	(98.920)	-	25.123	357.993	30.076	-	413.192

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	97.249	547.208
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	464.347	824.579
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Nota 8g) 1.219.326	2.822.316
Depreciações e amortizações	(Nota 20d) 19.070	35.423
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Nota 21) 17.353	15.715
Resultado de participação em controladas	(Nota 12a) (72.641)	(147.842)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	24.311	36.084
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	-	(149.147)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(98.990)	(202.502)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(315.470)	(632.813)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(266.074)	(843.176)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(62.538)	(109.479)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	561.596	1.371.787
Variações Patrimoniais	(726.732)	(10.526.788)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	982.766	2.095.385
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(2.412.096)	(2.774.636)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	15.106	89.465
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8.524	72.570
(Aumento) Redução em operações de crédito	(1.341.743)	(1.450.582)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(4.074)	(34.740)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(347.443)	(652.327)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(386)	76.497
Imposto de renda e contribuição social pagos	(151.986)	(403.260)
(Redução) Aumento em depósitos	(2.067.752)	(4.661.550)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	2.155.197	(4.467.502)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(546.723)	(1.123.799)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.001.626	9.761
(Redução) Aumento em outras obrigações	1.978.584	2.699.756
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	3.668	(1.826)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(165.136)	(9.155.001)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(5.678.502)	(8.294.613)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	8.321.703	14.648.211
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	(230.539)
(Aquisição) de investimentos	-	(32.468)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(107.085)	(314.707)
(Aquisição) de intangíveis/diferidos	(37.719)	(73.448)
Alienação de investimentos	82	172.708
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	900.848	1.882.887
Alienação de intangíveis/diferidos	17.858	44.524
Dividendos recebidos	-	114.176
Outros	(282)	(284)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.416.903	7.916.447
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(1.757.291)	(1.552.965)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	320.557	434.290
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.436.734)	(1.118.675)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.815.033	(2.357.229)
Início do período	924.353	5.049.674
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	62.538	109.479
Fim do período	(Nota 4) 2.801.924	2.801.924
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.815.033	(2.357.229)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Banco) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação.

A Administração do Banco Votorantim optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, a Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo essas práticas contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2015.

Participações societárias e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial, segregadas por segmentos de negócios:

			31.12.2014
			% de Participação
Segmento Bancário - País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1) (2)	Financeira	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(1) (2)	Arrendamento	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(1) (2)	Corretora	99,99%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	(1) (2)	Administração de ativos	99,99%
Segmento Bancário - Exterior			
Votorantim Bank Limited	(1) (2)	Bancária	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	(1) (2)	Corretora	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	(1) (2)	Corretora	100,00%
Outros Segmentos			
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios I	(3) (4)	Fundo de investimento	77,23%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios II	(3) (4)	Fundo de investimento	100,00%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios	(3) (4)	Fundo de investimento	26,73%
VI			
BVIA Fundo de Investimento em Participações	(3) (5)	Fundo de investimento	100,00%

- (1) Controladas.
- (2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro de 2014.
- (3) Consolidada conforme Artigo 4º da Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013.
- (4) Participação representada sobre a totalidade das cotas dos FIDC nos quais o Conglomerado é detentor de 100% das cotas subordinadas. Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro de 2014.
- (5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro de 2014.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente no período apresentado e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;
e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. Nos casos em que há ações revisionais em andamento, adota-se classificação inferior ao risco observado através da inadimplência da operação, uma vez que comprovado em extrato dos bancos depositários o recebimento de valor necessário à quitação de todo ou parte do débito, em conta discriminada a favor do Conglomerado.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8f).

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos - No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 13).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 20d).

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal - Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a) 15%
PIS / PASEP	(b) 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b) 4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%
(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. Para as empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.	
(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.	

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição,

manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio

dos modelos de “rating” de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

p) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2014
Disponibilidades	190.247
Disponibilidades em moeda nacional	116.173
Disponibilidades em moeda estrangeira	74.074
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	2.611.677
Operações compromissadas - Posição bancada	1.713.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros	452.705
Aplicações em moedas estrangeiras	445.301
Total	2.801.924

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto	5.852.642
Revendas a liquidar - posição bancada	1.730.570
Letras do Tesouro Nacional	1.715.853
Notas do Tesouro Nacional	7.000
Outras	7.717
Revendas a liquidar - posição financiada	4.104.339
Letras do Tesouro Nacional	4.104.339
Revendas a liquidar - posição vendida	17.733
Outras	17.733
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.530.751
Total	7.383.393
Ativo circulante	7.346.668
Ativo não circulante	36.725

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/ 2014	Exercício/ 2014
Rendas de aplicações no mercado aberto	369.814	756.424
Posição bancada	216.781	443.427
Posição financiada	140.410	279.189
Posição vendida	12.623	33.808
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	54.663	114.495
Total (Nota 6b)	424.477	870.919

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração “Balço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como Ativo Circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Vencimento em Dias	31.12.2014							
	Sem vencimento	Valor de Mercado				Total		
		0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	774.263	568.670	192.937	78.067	2.673.023	4.318.229	4.286.960	(31.269)
Títulos Públicos	-	568.670	192.403	71.550	2.505.659	3.366.221	3.338.282	(27.939)
Letras Financeiras do Tesouro	-	487.132	82.318	70.041	868.666	1.508.227	1.508.157	(70)
Letras do Tesouro Nacional	-	54.976	875	1.509	526.261	589.869	583.621	(6.248)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	102.242	-	1.081.438	1.204.256	1.183.680	(20.576)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	6.968	-	29.294	37.307	36.262	(1.045)
Títulos de governos estrangeiros	-	26.562	-	-	-	26.562	26.562	-
Títulos Privados	774.263	-	534	6.517	167.364	952.008	948.678	(3.330)
Debêntures	-	-	-	-	802	1.099	802	(297)
Ações	773.433	-	-	-	-	773.458	773.433	(25)
<i>Eurobonds</i>	-	-	534	6.517	82.186	93.075	89.237	(3.838)
Letras Financeiras	-	-	-	-	84.376	84.376	84.376	-
Outros	830	-	-	-	-	-	830	830

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Exercício 2014
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	31.12.2014							
	Valor de Mercado					Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.807.573	2.207.458	2.806.446	667.892	9.746.177	17.689.470	17.235.546	(453.924)
Títulos Públicos	-	2.106.038	2.359.557	467.096	4.889.147	10.006.293	9.821.838	(184.455)
Letras do Tesouro Nacional	-	2.099.079	2.308.126	462.284	2.073.865	7.017.558	6.943.354	(74.204)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	51.121	-	2.814.061	2.975.523	2.865.182	(110.341)
Títulos da Dívida Agrária	-	6.959	310	4.812	1.221	13.212	13.302	90
Títulos Privados	1.807.573	101.420	446.889	200.796	4.857.030	7.683.177	7.413.708	(269.469)
Debêntures	-	12.815	108.967	52.133	2.855.460	3.146.049	3.029.375	(116.674)
Notas Promissórias	-	-	162.548	9.012	-	172.142	171.560	(582)
Ações (a)	1.119.082	-	-	-	-	1.211.274	1.119.082	(92.192)
Cotas de fundos de Investimentos	688.491	-	-	-	542.151	1.230.642	1.230.642	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	5.694	5.694	5.694	-
Cédulas de produto rural - <i>commodities</i> (b)	-	88.416	142.619	115.957	256.544	623.179	603.536	(19.643)
<i>Eurobonds</i> (c)	-	189	-	-	480.220	528.526	480.409	(48.117)
<i>Credit Linked Notes</i>	-	-	-	-	313.737	306.144	313.737	7.593
Letras Financeiras	-	-	-	23.694	182.542	206.358	206.236	(122)
Outros	-	-	32.755	-	220.682	253.169	253.437	268
3 - Títulos Mantidos até o vencimento	-	569.750	1.049.590	-	6.415.887	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Títulos Públicos	-	569.750	1.049.590	-	6.415.887	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Letras do Tesouro Nacional	-	569.750	1.049.590	-	4.586.892	6.239.009	6.206.232	(32.777)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.828.995	1.847.827	1.828.995	(18.832)
Total (1 + 2 + 3)	2.581.836	3.345.878	4.048.973	745.959	18.835.087	30.094.535	29.557.733	(536.802)

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

- (a) O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa e inclui provisão para perdas no montante de R\$ 98.103 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (b) O valor de mercado das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 3.337 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (c) O valor de mercado de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 39.374 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Carteira	31.12.2014								
	Vencimento em Dias	Valor de Mercado					Total		
		Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	2.679.939	3.349.215	802.622	360.048	7.809.818	15.204.273	15.001.642	(202.631)	
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	3.036.366	318.602	8.629.887	12.155.703	11.984.855	(170.848)	
Vinculados à prestação de garantias	-	-	209.985	67.309	2.434.756	2.734.559	2.712.050	(22.509)	
Provisão para desvalorização de títulos livres	(98.103)	(3.337)	-	-	(39.374)	-	(140.814)	(140.814)	
Total	2.581.836	3.345.878	4.048.973	745.959	18.835.087	30.094.535	29.557.733	(536.802)	

Por Categoria	31.12.2014							
	Vencimento em Anos	Valor de Mercado					Total	
		Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação	774.263	839.674	1.827.191	821.515	24.317	4.318.229	4.286.960	
Títulos Disponíveis para Venda	1.807.573	5.681.796	6.592.658	2.605.674	547.845	17.689.470	17.235.546	
Títulos Mantidos até o vencimento	-	1.619.340	6.415.887	-	-	8.086.836	8.035.227	
Total	2.581.836	8.140.810	14.835.736	3.427.189	572.162	30.094.535	29.557.733	

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Carteira	31.12.2014		
	Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	8.702.646	6.303.207	15.005.853
Vinculados a compromisso de recompra	4.440.043	7.587.828	12.027.871
Vinculados à prestação de garantias	358.684	2.357.748	2.716.432
Provisão para desvalorização de títulos livres	(101.440)	(39.374)	(140.814)
Total	13.399.933	16.209.409	29.609.342

Por Categoria	31.12.2014	
1 - Títulos para negociação	4.963.100	17%
2 - Títulos disponíveis para venda	16.559.406	56%
3 - Títulos mantidos até o vencimento	8.086.836	27%
Valor contábil da carteira	29.609.342	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(51.609)	
Valor de mercado da carteira	29.557.733	

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	424.477	870.919
Títulos de renda fixa	1.474.901	2.787.832
Títulos no exterior	(189.705)	(223.266)
Títulos de renda variável	57.735	193.871
Aplicações em fundos de investimento	86.384	57.809
Outros	51	92
Total	1.853.843	3.687.257

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2014 ocorreu a reclassificação de Cédulas de Produto Rural, passando da categoria “Títulos para negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Cédulas de produto rural	123.719	120.854	(2.865)
Total	123.719	120.854	(2.865)

Em 31 de dezembro de 2014 ocorreu a reclassificação de Títulos Públicos Federais, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Letras do Tesouro Nacional	1.949.466	1.831.919	(117.547)
Total	1.949.466	1.831.919	(117.547)

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 8.086.836, representando 27% do total de títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Entidade. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *Commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	Valor de referência	31.12.2014 Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros			
Compromissos de compra	22.035.623	-	-
DI	7.899.042	-	-
Moedas	1.299.699	-	-
Índice	289.913	-	-
Cupom cambial	12.545.740	-	-
<i>Commodities</i>	1.229	-	-
Compromissos de venda	52.054.771	-	-
DI	28.916.524	-	-
Moedas	2.436.718	-	-
Cupom cambial	20.700.843	-	-
<i>Commodities</i>	686	-	-
Operações a Termo			
Posição Ativa	39.740	39.740	39.740
Termo de moeda	39.740	39.740	39.740
Posição Passiva	39.740	(39.740)	(36.285)
Termo de moeda	39.740	(39.740)	(36.285)
Contratos de Opções			
De compra - Posição Comprada	4.545.036	176.920	232.562
Moeda estrangeira	2.692.456	75.016	82.480
Opções Flexíveis	1.601.580	96.388	146.851
Ações	113.000	4.715	3.189
Outros	138.000	801	42
De venda - Posição Comprada	44.549.294	122.707	31.923
Moeda estrangeira	3.560.278	25.422	7.774
Índice DI	38.751.600	15.538	-
Opções Flexíveis	1.808.736	66.252	2.777
Ações	406.000	15.170	21.317
Outros	22.680	325	55
De compra - Posição Vendida	7.510.513	(389.309)	(582.691)
Moeda estrangeira	3.857.110	(104.742)	(194.711)
Opções Flexíveis	3.146.403	(277.080)	(386.475)
Ações	507.000	(7.487)	(1.505)
De venda - Posição Vendida	41.951.361	(55.280)	(21.300)
Moeda estrangeira	2.177.098	(20.097)	(3.023)
Índice DI	38.742.500	(11.494)	-
Opções Flexíveis	781.223	(16.331)	(9.687)
Ações	225.700	(6.627)	(8.335)
Outros	24.840	(731)	(255)
Contratos de Swaps (a)			
Posição Ativa	20.055.399	851.685	1.041.868
DI	12.674.801	45.150	211.819
Moeda estrangeira	2.261.478	406.112	400.731
Pré-fixado	292.929	16.705	70.575
ÍPCA	4.145.012	224.307	179.810
IGPM	453.000	78.413	77.731
<i>Libor</i>	182.400	80.708	99.147
Outros	45.779	290	2.055
Posição Passiva	9.413.667	(860.974)	(960.579)
DI	1.872.311	(28.875)	(81.201)
Moeda estrangeira	3.086.233	(190.520)	(192.652)
Pré-fixado	596.883	(51.208)	(85.065)
ÍPCA	3.306.737	(485.574)	(492.086)
IGPM	262.000	(79.907)	(84.905)
<i>Libor</i>	251.403	(24.554)	(23.960)
<i>Commodities</i>	10.073	-	(195)
Outros	28.027	(336)	(515)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos			
Posição Ativa	2.780.635	192.154	187.256
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	2.594.696	186.770	181.827
Derivativos de crédito	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva	2.141.379	(73.573)	(69.782)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	1.649.535	(60.180)	(55.639)
Derivativos de crédito	478.116	(5.953)	(6.727)
Box de opções - Pré-fixado	13.728	(7.440)	(7.416)

- (a) Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado no montante de R\$ 29.285 na posição ativa.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2014
Contratos futuros	8.267.993	11.988.468	8.987.386	44.846.547	74.090.394
Contratos a termo	1.178	78.302	-	-	79.480
Contratos de opções	6.199.240	80.121.658	10.165.306	2.070.000	98.556.204
Contratos de swaps	1.969.085	7.430.167	1.337.566	18.732.248	29.469.066
Derivativos de crédito	4.427	4.428	128.385	526.815	664.055
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.769.539	1.687.737	563.975	222.980	4.244.231
Box de opções - Pré-fixado	-	13.728	-	-	13.728

Composição da Carteira de Derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2014)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	Box de opções e Non Deliverable Forward
BM&FBovespa	74.090.394	-	95.289.264	-	-	-
Balcão	-	79.480	3.266.940	29.469.066	664.055	4.257.959
Instituições financeiras	-	79.480	-	21.681.133	664.055	90.311
Cliente	-	-	3.266.940	7.787.933	-	4.167.648

Composição da Carteira de Derivativos de Crédito

	31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito			
Posição Ativa - Risco recebido	225.782	(5.370)	(5.281)
Posição Passiva - Risco transferido	438.273	4.801	3.983
Por indexador			
Posição Ativa - Pré-fixado	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva - Pré-fixado	478.116	(5.953)	(6.727)

A carteira de derivativos de crédito é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 7.156.

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	30.575
Notas do Tesouro Nacional	629.588
Letras do Tesouro Nacional	1.636.058
Eurobonds	92.889
Outros	339.732
Total	2.728.842

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

31.12.2014	
Hedge de Risco de Mercado	
Instrumentos de Hedge	
Ativo	7.918.761
Futuro	7.625.642
Swap	293.119
Passivo	28.734.066
Futuro	24.125.503
Swap	4.608.563
Itens Objeto de Hedge	
Ativo	28.821.768
Títulos e Valores Mobiliários	4.727.629
Operações de Crédito	23.803.699
Operações de Arrendamento Mercantil	290.440
Passivo	7.691.840
Obrigações por TVM no Exterior	3.514.065
Dívida Subordinada	4.177.775

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(1.347.212)	(1.887.744)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	1.334.361	1.856.375
Efeito Líquido	(12.851)	(31.369)
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	1.587.489	3.795.443
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.569.060)	(3.748.889)
Efeito Líquido	18.429	46.554

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	31.12.2014	
	Circulante	Não circulante
Ativo		
Operações de termo	39.740	-
Mercado de opções	122.866	141.619
Contratos de <i>swaps</i>	236.802	776.455
Derivativos de créditos	281	5.148
Outros instrumentos financeiros derivativos	147.319	34.508
Total	547.008	957.730
Passivo		
Operações de termo	(36.285)	-
Mercado de opções	(370.649)	(233.342)
Contratos de <i>swaps</i>	(400.330)	(563.997)
Box de opções - Estratégia de renda fixa	(7.416)	-
Derivativos de créditos	(145)	(6.582)
Outros instrumentos financeiros derivativos	(54.105)	(1.534)
Total	(868.930)	(805.455)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Swap	(117.345)	(86.241)
Termo	4.525	4.510
Opções	(123.049)	(89.617)
Futuro	967.311	716.925
Derivativos de crédito	224	(7.072)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	(270.507)	(17.660)
Box de Opções	(383)	(6.038)
<i>Non Deliverable Forward</i>	(54.353)	(204.564)
Total	406.423	310.243

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Hedge contábil

Estratégias/Risco	31.12.2014			
	Objeto de hedge		Instrumentos de hedge	
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Derivativo	Valor de mercado
Hedge de Tít. e valores mobiliários / taxa pré-fixada	4.727.629	(2.157)	Futuro DDI Swap	122.461 4.608.563
Hedge de Operações de crédito e arrendamento mercantil / taxa pré-fixada / variação cambial	24.094.139	(160.422)	Futuro DI Futuro DDI Futuro Libor	21.201.227 2.288.007 513.808
Hedge de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	3.514.065	(56.035)	Futuro DDI	3.607.861
Hedge de Dívida Subordinada / variação cambial / IGP-M	4.177.775	(191.847)	Futuro DDI Swap	4.017.781 293.119

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos Vinculados

	31.12.2014
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	55.205
Compulsório sobre depósitos a vista	51.351
Compulsório sobre operações de microfinanças	3.854
Total	55.205
Ativo circulante	55.205

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	-	278
Exigibilidade sobre recursos a prazo	-	278
Total	-	278

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.12.2014
Operações de Crédito	52.266.194
Empréstimos e títulos descontados	11.086.760
Financiamentos	26.715.417
Financiamentos rurais e agroindustriais	548.345
Financiamentos imobiliários	360.481
Operações com cartão de crédito	664.446
Operações de crédito vinculadas às cessões	(a) 12.890.745
Outros Créd. com Caract. Concessão de Crédito	1.287.894
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(b) 679.493
Avais e fianças honrados	608.401
Operações de Arrendamento Mercantil	420.535
Total da Carteira de Crédito	53.974.623
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.261.607)
(Provisão para operações de crédito)	(3.531.155)
(Provisão para outros créditos)	(694.573)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(35.879)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	49.713.016

- (a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
- (b) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

b) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2014
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	433.539
Arrendamentos financeiros a receber	433.539
Ativo circulante	312.748
Ativo não circulante	120.791
	31.12.2014
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(410.211)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(410.211)
Ativo circulante	(292.921)
Ativo não circulante	(117.290)

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2014
Arrendamentos financeiros a receber	433.539
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(410.211)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 14a)	821.985
Credores por antecipação do valor residual	(422.908)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	422.405

c) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Receitas de Operações de Crédito	3.964.873	7.474.049
Empréstimos e títulos descontados	1.035.909	2.124.941
Financiamentos	2.801.821	5.112.770
Financiamentos rurais e agroindustriais	19.654	32.491
Financiamentos imobiliários	27.294	57.646
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	284.892	614.060
Financiamentos em moedas estrangeiras	15.600	19.495
Avais e fianças honrados	115	5.322
Custos associados à produção operações de crédito	(267.572)	(554.046)
Outras	47.160	61.370
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	921.122	1.785.855
Total	(a) 4.885.995	9.259.904

- (a) Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Consolidado, no exercício de 2014, totalizariam R\$ 11.181.115 e R\$ 6.132.431 no semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

d) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2014	%
Setor Público	524.694	0,97%
Governo	524.694	0,97%
Administração direta	524.694	0,97%
Setor Privado	53.449.929	99,03%
Rural	554.575	1,03%
Indústria	8.476.069	15,70%
Comércio	2.448.863	4,54%
Intermediários financeiros	164.556	0,30%
Pessoas físicas	35.424.242	65,63%
Outros serviços	6.381.624	11,82%
Total	53.974.623	100,00%

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2014
Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	4.675.961	26.016.112	8.902.795	6.209.642	671.040	291.029	112.766	81.472	656.997	47.617.814
01 a 30	625.812	1.674.003	336.929	257.472	34.308	18.247	8.433	3.876	32.407	2.991.487
31 a 60	209.653	1.298.433	475.537	365.141	16.509	9.047	5.092	3.839	11.426	2.394.677
61 a 90	149.934	1.270.864	501.863	270.167	20.771	13.097	5.791	3.502	43.524	2.279.513
91 a 180	835.503	3.434.739	1.177.151	683.153	48.170	68.092	15.988	11.665	120.876	6.395.337
181 a 360	557.508	5.428.051	1.858.041	1.198.651	96.709	56.105	29.123	20.409	49.301	9.293.898
Acima de 360	2.297.551	12.910.022	4.553.274	3.435.058	454.573	126.441	48.339	38.181	399.463	24.262.902
Parcelas Vencidas	29	657.296	7.273	3.381	4.964	583	43	13	1.439	675.021
Até 14 dias	29	657.296	7.273	3.381	4.964	583	43	13	1.439	675.021
Subtotal	4.675.990	26.673.408	8.910.068	6.213.023	676.004	291.612	112.809	81.485	658.436	48.292.835
Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas	-	-	629.471	745.399	352.414	310.566	192.263	150.442	794.082	3.174.637
01 a 30	-	-	44.261	46.565	21.444	17.254	12.235	11.429	91.503	244.691
31 a 60	-	-	40.763	45.280	19.856	16.177	14.102	9.816	44.688	190.682
61 a 90	-	-	38.015	46.970	19.098	15.106	10.610	9.172	42.382	181.353
91 a 180	-	-	103.774	114.176	81.184	45.717	27.933	24.379	120.088	517.251
181 a 360	-	-	157.476	179.020	77.107	69.246	46.817	39.366	181.839	750.871
Acima de 360	-	-	245.182	313.388	133.725	147.066	80.566	56.280	313.582	1.289.789
Parcelas Vencidas (a)	-	-	100.154	178.068	128.477	127.295	89.454	1.109.203	774.500	2.507.151
De 0 a 14	-	-	1.990	27.598	18.117	11.550	6.358	4.582	22.730	92.925
15 a 30	-	-	93.464	50.877	22.538	27.156	10.968	390.458	51.958	647.419
31 a 60	-	-	4.700	92.339	31.108	22.286	13.268	16.101	56.848	236.650
61 a 90	-	-	-	5.193	51.294	22.239	12.373	11.629	62.664	165.392
91 a 180	-	-	-	2.061	5.420	41.496	42.290	46.304	184.569	322.140
181 a 360	-	-	-	-	-	2.568	4.197	639.825	362.546	1.009.136
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	304	33.185	33.489
Subtotal	-	-	729.625	923.467	480.891	437.861	281.717	1.259.645	1.568.582	5.681.788
Total	4.675.990	26.673.408	9.639.693	7.136.490	1.156.895	729.473	394.526	1.341.130	2.227.018	53.974.623

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2014			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0	4.675.990	-	-	-
A	0,5	26.673.408	(133.367)	-	(133.367)
B	1	9.639.693	(96.397)	-	(96.397)
C	3	7.136.490	(214.095)	-	(214.095)
D	10	1.156.895	(115.690)	-	(115.690)
E	30	729.473	(218.842)	-	(218.842)
F	50	394.526	(197.263)	-	(197.263)
G	70	1.341.130	(938.791)	(120.144)	(1.058.935)
H	100	2.227.018	(2.227.018)	-	(2.227.018)
Total		53.974.623	(4.141.463)	(120.144)	(4.261.607)

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Saldo inicial	4.478.607	4.616.869
Reforço / (reversão)	1.219.326	2.822.316
Provisão mínima requerida	1.219.382	2.718.441
Provisão adicional	(56)	103.875
Baixas para prejuízo	(1.436.326)	(3.177.578)
Saldo final	4.261.607	4.261.607

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2014
Até 1 ano (a)	240.187
De 1 a 5 anos	180.348
Total Valor Presente	420.535

(a) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	921.122	1.785.855
Arrendamento financeiro	249.952	593.304
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	19.144	31.161
Lucro na alienação de bens arrendados	652.026	1.161.390
Despesas de Arrendamento Mercantil	(872.724)	(1.662.014)
Arrendamento financeiro	(872.724)	(1.662.014)
Total	48.398	123.841

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2014	% da carteira
Maior Devedor	828.085	1,54%
10 Maiores Devedores	4.281.208	7,94%
20 Maiores Devedores	5.666.844	10,50%
50 Maiores Devedores	8.499.982	15,76%
100 Maiores Devedores	11.123.636	20,62%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 84.117 (R\$ 42.492 no segundo semestre de 2014), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 66.761 (R\$ 37.336 no segundo semestre de 2014), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 42.525, registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas - Credores diversos- no País.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	31.12.2014
Instituições financeiras - Partes relacionadas	1.651.231
Outras instituições financeiras	10.802
Total	1.662.033

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 1 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas, demonstrados abaixo:

	31.12.2014	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida (a)
Instituições financeiras - Partes relacionadas	12.899.214	14.776.872
Ajuste a mercado - Cessões de crédito	(8.469)	-
Total	12.890.745	14.776.872

(a) Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões.

No Conglomerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 3.396.823 e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 2.339.962.

Na controlada BV Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 2.004.895, sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 62.881 reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

m) Informações Complementares

	31.12.2014
Créditos contratados a liberar	2.093.965
Montante de créditos aditados/renegociados no período	4.245.886
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a) 648.060
Garantias prestadas	9.926.804

(a) Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 23e)	6.656.862
Devedores por depósitos em garantia (Nota 26c)	937.890
Operações com cartão de crédito	10.285
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	67.232
Impostos e contribuições a compensar	479.748
Impostos e contribuições a recuperar	15
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	14.724
Devedores diversos - no País	75.118
Valores a receber de sociedades ligadas	887
Títulos e créditos a receber	3.761
Adiantamentos e antecipações salariais	3.896
Outros	18.646
Total	8.269.064
Ativo circulante	1.947.450
Ativo não circulante	6.321.614

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2014
Outros Créditos	
Câmbio comprado a liquidar	1.166.906
Direitos sobre vendas de câmbio	633.359
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(91.337)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	23.698
Total	1.732.626
Ativo circulante	1.722.135
Ativo não circulante	10.491
Outras Obrigações	
Câmbio vendido a liquidar	(665.313)
Obrigações por compras de câmbio	(1.043.090)
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	655.795
Total	(1.052.608)
Passivo circulante	(1.052.608)
Posição líquida de câmbio	680.018
Contas de Compensação	
Créditos abertos para importação	85.603

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Rendas de câmbio	1.292.684	2.139.608
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.564	2.839
Despesas de câmbio	(1.098.136)	(1.977.617)
Total	196.112	164.830

11. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2014
Bens não de Uso Próprio	122.434
Veículos e afins	103.806
Imóveis	52.437
Bens em regime especial	1.561
Máquinas e equipamentos	423
(Provisão para desvalorização)	(35.793)
Materiais em Estoque	2.532
Subtotal	124.966
Despesas Antecipadas	698.667
Despesas de seguros	1.241
Despesas de processamento de dados	7.839
Comissões por intermediação de operações	(a) 596.818
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.592
Despesas de serviços técnicos especializados	1.246
Direito de usufruto de ações	84.704
Outras	4.227
Total	823.633
Ativo circulante	193.704
Ativo não circulante	629.929

(a) Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos na BV Financeira incorridos na sua origem.

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2014			Saldo contábil
	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2014
No País					
Não consolidadas	(a) 200.856	(114.169)	3.497	147.842	238.026
Total das participações em controladas	200.856	(114.169)	3.497	147.842	238.026

(a) Inclui participações nas empresas não financeiras Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. e BV Investimentos e Participações S.A.

b) Outros Investimentos

	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais	104.547
Títulos patrimoniais	176
Ações e cotas	6
Outros	130
Total	104.859
(Imparidade acumulada)	(43.370)

13. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2013	Exercício/2014		31.12.2014		
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	41.439	4.491	(5.797)	59.051	(18.918)	40.133
Móveis e equipamentos de uso	31.845	1.462	(4.381)	62.684	(33.758)	28.926
Sistema de comunicação	3.649	375	(640)	13.032	(9.648)	3.384
Sistema de processamento de dados	16.315	10.966	(7.629)	98.427	(78.775)	19.652
Sistema de segurança	1.238	35	(184)	2.407	(1.318)	1.089
Sistema de transporte	88	358	(109)	1.323	(986)	337
Imobilizações em Curso	-	3	-	3	-	3
Total	94.574	17.690	(18.740)	236.927	(143.403)	93.524

14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2014
Bens Arrendados	1.301.704
Veículos e afins	1.154.129
Máquinas e equipamentos	127.132
Móveis	2.383
Instalações	1.637
Sistemas de processamento de dados	16.423
Superveniências de Depreciações	503.234
Depreciação Acumulada	(1.002.532)
Diferido	19.579
Perdas em arrendamentos a amortizar	34.228
Amortização acumulada do diferido	(14.649)
Total	821.985

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência / insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2014
Valor presente	845.313
Credores por antecipação do valor residual	422.908
Valor presente das operações de arrendamento	422.405
(-) Valor contábil das operações	342.079
Arrendamentos a receber - recursos internos	433.539
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(410.211)
Valores residuais a realizar	458.592
Valores residuais a balancear	(458.592)
Bens arrendados	1.301.704
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.002.532)
Perdas em arrendamentos a amortizar	34.228
Amortização acumulada do diferido	(14.649)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	503.234

c) Depreciação acumulada

	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(1.002.532)
(-) Superveniência de depreciação	503.234
(=) Depreciação Acumulada	(499.298)

15. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2013	Exercício/2014				31.12.2014			Saldo contábil
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortiz.	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Amortiz. acumul.	Imparidade acumulada	
Consolidado									
SISBEX	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-
BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software adquiridos	4.908	5.597	(314)	(1.827)	-	16.633	(2.054)	(6.215)	8.364
Licenças de uso	12.380	21.638	(1.480)	(7.049)	-	47.618	(22.129)	-	25.489
Acordos por direitos de comercialização	2.335	-	(1)	(749)	-	5.000	(3.415)	-	1.585
Softwares desenvolvidos internamente	22.175	6.521	(6.773)	(4.317)	(13.322)	29.846	(8.186)	(17.376)	4.284
Fundo de comércio	81	-	(81)	-	-	-	-	-	-
Total	41.879	33.756	(8.649)	(13.942)	(13.322)	99.297	(35.784)	(23.791)	39.722

b) Estimativa de Amortização

Exercício	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores a amortizar	14.970	12.348	8.848	1.848	1.708	39.722

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO

a) Depósitos

	31.12.2014
Depósitos à vista	149.221
Pessoas físicas	14.189
Pessoas jurídicas	133.206
Empresas ligadas	1.779
Vinculados	40
Instituições financeiras	7
Depósitos interfinanceiros	1.229.727
Depósitos a prazo	2.431.582
Moeda nacional	2.417.907
Moeda estrangeira	13.675
Total	3.810.530
Passivo circulante	2.279.960
Passivo não circulante	1.530.570

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31.12.2014
Depósitos à vista	149.221	-	-	-	-	-	149.221
Depósitos interfinanceiros	-	139.648	45.469	78.686	56.573	909.351	1.229.727
Depósitos a prazo	-	318.363	1.627.259	464.794	8.552	12.614	2.431.582
Total	149.221	458.011	1.672.728	543.480	65.125	921.965	3.810.530

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2014
Carteira Própria	23.875.709
Títulos privados - Debêntures	17.383.898
Letras do Tesouro Nacional	3.432.951
Notas do Tesouro Nacional	2.810.066
Títulos privados - Outros	248.794
Carteira de Terceiros	4.099.048
Letras do Tesouro Nacional	4.098.834
Debêntures	214
Carteira de Livre Movimentação	11.064
Total	27.985.821
Passivo circulante	25.825.776
Passivo não circulante	2.160.045

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Despesas de Captações com Depósitos	(339.271)	(800.085)
Depósitos a prazo	(235.787)	(566.339)
Depósitos interfinanceiros	(103.484)	(233.746)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.478.714)	(2.841.040)
Carteira própria	(1.309.864)	(2.567.793)
Carteira de terceiros	(140.756)	(197.909)
Carteira de livre movimentação	(28.094)	(75.338)
Despesas de Captaç. de Recursos de Aceit. e Emiss. de Títulos	(1.832.122)	(2.871.944)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(21.459)	(35.145)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(141.528)	(259.336)
Letras financeiras	(906.405)	(1.750.773)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(690.066)	(667.618)
Debêntures	(66.622)	(152.289)
Certificado de Operações Estruturadas	(1.712)	(1.902)
Outras	(4.330)	(4.881)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	(37.685)	(137.549)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(685.593)	(694.280)
Total	(4.373.385)	(7.344.898)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	31.12.2014
No País	-	3.818	3.818
Em moeda estrangeira	-	3.818	3.818
No exterior	2.039.102	832.547	2.871.649
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.874.402	712.542	2.586.944
Exportação	141.974	98.949	240.923
Importação	22.726	21.056	43.782
Total	2.039.102	836.365	2.875.467
Passivo circulante			2.875.467

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2014
Tesouro Nacional		110.572
Pré-fixado	5,5% a 6,5% a.a.	110.450
Pós-fixado	Selic	122
BNDES		2.062.310
Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 7,00% a.a.	778.288
Pós-fixado	de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP de 1,30% a.a. a 2,50% a.a. + Selic	1.199.948
Com variação cambial	de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial	84.074
FINAME		1.613.428
Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 8,30% a.a.	1.481.052
Pós-fixado	de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP	132.376
Total		3.786.310
Passivo circulante		1.308.929
Passivo não circulante		2.477.381

c) Resultado de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(59.455)	(18.449)
Despesas de Obrigações por Repasses	(109.623)	(210.036)
Tesouro Nacional	(6.085)	(8.081)
BNDES	(77.618)	(145.389)
FINAME	(25.920)	(56.566)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(152.721)	(143.046)
Total	(a) (321.799)	(371.531)

(a) Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014
Debêntures					118
Pós-fixado	R\$ 38	100,00% do DI	04/2011	04/2016	118
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário					400.866
Pré-fixado	R\$ 2.000	12,10% a.a.	11/2014	10/2016	2.034
Pós-fixado	R\$ 381.449	90,00% a 98,50% do DI	01/2014	10/2017	398.832
Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio					2.853.925
Pós-fixado	R\$ 2.700.593	80,00% a 98,50% do DI 3,65% a.a. + IPCA	12/2007	03/2020	2.850.362
Pré-fixado	R\$ 3.357	10,85% a 12,71% a.a.	02/2014	12/2016	3.563
Letras Financeiras					13.011.497
Pré-fixado	R\$ 690.180	8,22% a 13,76% a.a.	07/2011	02/2024	794.704
Pós-fixado	R\$ 10.401.200	100,00% a 112,02% do DI	06/2011	04/2019	11.761.239
Pós-fixado	R\$ 30.000	109,30% da Selic	04/2012	04/2015	38.708
Pós-fixado	R\$ 330.749	3,11% a 7,42% a.a. + IPCA	01/2012	09/2021	404.010
Pós-fixado	R\$ 12.194	3,67% a 5,90% a.a. + IGPM	06/2013	06/2016	12.836
Operações estruturadas					32.280
Pré-fixado	R\$ 30.378	11,25% a.a.	06/2014	06/2015	32.280
Obrigações por TVM no Exterior					6.615.204
Pré-fixado	R\$ 955.967	6,25% a 19,77% a.a.	02/2008	07/2020	1.104.487
Pós-fixado	R\$ 2.770	86,00% a 101,40% do DI	02/2012	02/2017	3.103
Com variação cambial	USD 2.106.841	0,19% a 5,53% a.a. + variação cambial	09/2006	03/2019	5.503.150
Com variação cambial	EUR 1.386	No Coupon + variação cambial	11/2014	05/2015	4.464
Total					22.913.890
Passivo circulante					10.741.385
Passivo não circulante					12.172.505

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	471.788
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	473.073
Impostos e contribuições a recolher	79.875
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 23d)	334.769
Provisão para riscos fiscais e Obrigação legal (Nota 26a)	(a) 73.471
Total	1.432.976
Passivo circulante	692.510
Passivo não circulante	740.466

- (a) Em 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, de 09 de outubro, dispondo, entre outros assuntos, que os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2012, poderiam: i) ser pagos à vista com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de cem por cento das multas isoladas, de cem por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou ii) parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. Após análise detalhada da referida legislação, considerando que algumas empresas integrantes do Conglomerado discutiam judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS conforme disposto na Lei nº 9.718/98, optou-se pela adesão com a possibilidade de pagamento prevista na Lei nº 12.865

e respectiva desistência da referida discussão judicial pagos e baixados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.12.2014
Nota Subordinada					3.381.863
Com variação cambial	USD 1.150.000	7,38% a.a. + variação cambial	01/2013	01/2020	3.381.863
Letras Financeiras Subordinadas					2.423.385
Pós-fixado	1.566.081	de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 115,00% a 119,00% do DI	11/2010	10/2021	1.601.599
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	05/2011	10/2017	264.098
Pós-fixado	406.212	de 6,84% a 8,14% a.a. + IPCA	05/2011	06/2024	557.688
Total					5.805.248
Passivo não circulante					5.805.248

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.12.2014
Letras Financeiras Subordinadas					434.290
Pós-fixado	330.800	1,71% a 2,15% a.a. + 116% a 118% do DI	03/2014	10/2021	355.516
Pós-fixado	67.992	7,94% a 8,63% a.a. + IPCA	11/2013	05/2024	78.774
Total					434.290
Passivo não circulante					434.290

d) Diversas

	31.12.2014
Obrigações de operações vinculadas a cessões (a)	14.776.872
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.449
Provisão para pagamentos a efetuar	493.857
Provisão para passivos contingentes (Nota 26a)	1.286.821
Valores a pagar sociedades ligadas	13
Credores diversos - no exterior	1.622
Credores diversos - no País	739.721
Operações com cartão de crédito	676.851
Ajuste a mercado op. de arrendamento	1.869
Obrigações por cotas de fundos de investimento	1.272.761
Outras	456
Total	19.252.292
Passivo circulante	10.670.838
Passivo não circulante	8.581.454

(a) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Administração de fundos de investimento	47.201	98.557
Rendas de cobrança	1.660	3.964
Comissões sobre colocação de títulos	39.395	60.590
Corretagens de operações em Bolsa	7.286	13.193
Rendas de serviços de custódia	882	1.610
Rendas de garantias prestadas	74.941	146.410
Transações de cartão de crédito	30.117	57.477
Comissão de corretagem de seguros	10.636	18.630
Assessoria financeira	6.707	10.006
Rendas de serviços prestados ligadas	12.897	24.502
Outros serviços	7.992	14.742
Total	239.714	449.681

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Confecção de cadastro	135.486	247.932
Transferências	220	504
Aditamentos contratuais	481	3.114
Avaliação de bens	97.887	185.460
Cartões de crédito	40.281	70.765
Outras	1.238	3.379
Total	275.593	511.154

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Honorários	(9.242)	(17.918)
Benefícios	(66.612)	(130.519)
Encargos sociais	(84.323)	(174.471)
Proventos	(311.219)	(585.003)
Demandas Trabalhistas	(209.321)	(405.767)
Treinamentos	(2.880)	(4.383)
Total	(683.597)	(1.318.061)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Água, energia e gás	(2.596)	(4.431)
Aluguéis	(41.161)	(94.935)
Comunicações	(41.342)	(75.380)
Manutenção e conservação de bens	(9.319)	(17.622)
Material	(2.856)	(3.348)
Processamento de dados	(89.328)	(177.168)
Promoções e relações públicas	(3.047)	(5.450)
Propaganda e publicidade	(3.001)	(4.191)
Publicações	(100)	(898)
Seguros	(759)	(2.754)
Serviços do sistema financeiro	(57.347)	(128.739)
Serviços de terceiros	(4.707)	(12.455)
Serviços de vigilância e segurança	(1.099)	(2.562)
Serviços técnicos especializados	(183.042)	(326.979)
Transportes	(6.821)	(15.046)
Viagens	(5.575)	(10.490)
Emolumentos judiciais e cartorários	(70.163)	(134.713)
Amortização	(9.720)	(16.683)
Depreciação	(9.350)	(18.740)
Outras	(39.744)	(65.520)
Total	(581.077)	(1.118.104)

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Recuperação de encargos e despesas	838	1.331
Variação cambial de investimentos no exterior	187.872	144.918
Reversão de provisão de passivos contingentes (a)	94.917	95.795
Correção monetária de depósito judicial	51.695	74.220
Variação monetária ativa	10.260	28.084
Ressarcimento de custos associados	1.123	3.472
Reversão de provisão para remuneração variável	4.331	166.400
Rendas de direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	68.948	68.948
Outras	44.507	129.765
Total	464.491	712.933

(a) Inclui o efeito líquido de movimentações no resultado pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 19a) no valor de R\$ 62.017 no Consolidado.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Custos associados à produção	(440)	(997)
Provisão para passivos contingentes	(258)	(59.693)
Indenizações cíveis	(108.296)	(214.339)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	(77.218)	(102.230)
Despesas de Juros COFINS (adesão REFIS)	(12.674)	(12.674)
Ajuste liquidação antecipada parcial de cessões de crédito (a)	(124.745)	(124.745)
Outras	(129.221)	(193.450)
Total	(452.852)	(708.128)

(a) R\$ 56.890 (1º semestre de 2014) e R\$ 67.855 (em 2013).

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Receitas não operacionais	11.581	179.204
Investimentos por incentivos fiscais (a)	23	157.139
Lucro na alienação de valores e bens	10.876	21.338
Rendas de aluguéis	359	359
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	323	368
Despesas não operacionais	(47.155)	(73.032)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(12.584)	(26.362)
Perdas de Capital	(2.522)	(3.703)
Desvalorização de outros valores e bens	(23.317)	(31.819)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	(2.416)
Outros	(8.732)	(8.732)
Total	(35.574)	106.172

(a) Refere-se ao ganho apurado pelo Conglomerado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A..

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.125.761 está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal. O aumento do Capital Social foi aprovado e homologado pelo BACEN em 28 de fevereiro de 2014.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

Conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014 foi aprovada a absorção do prejuízo acumulado mediante reversão de parte da Reserva de capital no valor de R\$ 212.984.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 119.331 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	Exercício 2014
	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período	502.447
Reserva legal	(25.123)
Base de cálculo	477.324
Dividendo mínimo obrigatório	119.331
Valor proposto	119.331
% sobre a base de cálculo	25%

	Exercício 2014	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$
Lucro líquido do período	502.447	4,77
Dividendos a pagar	119.331	1,13

e) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2014				Exercício/2013			
	Saldo inicial	Movimen- tação	Efeito Tributário	Saldo Final	Saldo inicial	Movimen- tação	Efeito Tributário	Saldo Final
Títulos Disponíveis para venda								
Banco Votorantim	(127.399)	(139.999)	56.100	(211.298)	(199.508)	(38.238)	26.448	(211.298)
Agência no exterior	31.984	(43.312)	-	(11.328)	349	(11.677)	-	(11.328)
Controladas	(108.328)	6.384	(2.553)	(104.497)	(158.040)	89.238	(35.695)	(104.497)
Total	(203.743)	(176.927)	53.547	(327.123)	(357.199)	39.323	(9.247)	(327.123)

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Valores correntes	(123.328)	(441.895)
IR e CSLL no País - Corrente	(154.832)	(473.138)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	31.504	31.243
Valores Diferidos	335.488	586.813
Passivo fiscal diferido	172.066	429.720
Marcação a mercado	(5.445)	114.293
Superveniência de depreciação	177.511	315.427
Ativo fiscal diferido	163.422	157.093
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL (a)	406.703	437.071
Diferenças temporárias (a)	(438.687)	(350.177)
Marcação a mercado	195.406	70.199
Total	212.160	144.918

- (a) A Constituição de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa em 2014 decorre da adesão ao programa de parcelamento (REFIS), efetivada em agosto/2014, referente a ação judicial que discutia a respeito da dedutibilidade da COFINS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em contrapartida a esta constituição, houve a realização do crédito tributário de IRPJ e CSLL referente a obrigação legal, no mesmo montante.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Resultado antes dos tributos e participações	97.249	547.208
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 15%)	(38.899)	(218.883)
Resultado de participação em controladas	29.055	59.134
Encargos sobre receitas não tributáveis	119.240	177.391
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(12.948)	(11.117)
Encargos sobre juros de TVM não tributáveis	-	82
Encargos sobre lucros no exterior	(1.499)	(447)
Encargos sobre particip. dos empregados nos Lucros e Resultados	37.273	71.345
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	25.885	26.498
Encargos sobre Juros sobre capital próprio	44.158	44.158
Outros valores	9.895	(3.243)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	212.160	144.918

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Cofins	(131.761)	(277.430)
ISSQN	(24.030)	(45.631)
PIS	(23.499)	(45.907)
Outras	(100.888)	(145.925)
Total	(280.178)	(514.893)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	125.808
Marcação a mercado	208.961
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	334.769
Imposto de Renda	256.409
Contribuição Social	78.360

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

Consolidado	31.12.2013	Exercício 2014		31.12.2014
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Prejuízos fiscais - no País	697.839	332.240	(124.197)	905.882
Bases negativas de CSLL - no País	37.201	214.544	(22.956)	228.789
Créditos tributários no exterior	121.286	3.546	(8.391)	116.441
Marcação a mercado	524.039	246.084	(184.222)	585.901
Provisão créditos liquidação duvidosa - Carteira própria e cedida	3.744.333	185.290	(83.163)	3.846.460
Provisão para perdas - Fianças não honradas	48.601	104.175	-	152.776
Provisões para contingências e Obrigação legal	1.110.067	127.872	(694.168)	543.771
Provisões p/ particip. nos Lucros e Result. e Progr. de longo prazo	171.544	110.331	(114.805)	167.070
Provisões para pagamento de honorários	39.297	4.176	(20.666)	22.807
Outras provisões	50.357	61.897	(25.289)	86.965
Total dos Créditos Tributários Ativados	6.544.564	1.390.155	(1.277.857)	6.656.862
Imposto de Renda	4.319.611	827.778	(792.555)	4.354.834
Contribuição Social	2.224.953	562.377	(485.302)	2.302.028

Não Ativado

Em 31 de dezembro de 2014, não foram constituídos créditos tributários sobre base negativa e prejuízo fiscal no montante de R\$ 10.483 no Consolidado, os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulatórios e apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico de realização do crédito tributário elaborados pela Administração para cada uma das Instituições.

Expectativa de Realização

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	1.372.001	1.335.755
Em 2016	1.483.830	1.290.449
Em 2017	880.121	681.949
Em 2018	1.180.521	814.595
Em 2019	796.672	489.559
A partir de 2020	943.717	404.682
Total de Créditos Tributários	6.656.862	5.016.989

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 249.828, correspondente a 98% da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2013.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015	11%	23%
Em 2016	10%	25%
Em 2017	10%	14%
Em 2018	8%	20%
Em 2019	11%	12%
A partir de 2020	50%	6%

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa contempla também o resultado negativo auferido por subsidiária no exterior;
- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

f) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS - 2014

(i) Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14

Com a publicação da Lei 12.865/13, em outubro de 2013, ficou instituído o programa de parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em julho de 2014.

Com a publicação da Lei 12.996/14, houve a reabertura do programa de parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/09, para, entre outros, de débitos relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para com a Fazenda Nacional, relativos a quaisquer tributos vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em agosto de 2014.

Com base no programa de parcelamento proposto pelo Governo Federal, a Companhia decidiu:

- (a) Em julho de 2014, aderir ao REFIS, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de COFINS oriundos de sua controlada BV Financeira, aplicando-se a redução de 100% das multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal. O valor pago na adesão a este programa foi de R\$ 13.936, sendo 100% do valor pago com desembolso de caixa da Companhia, com registro na despesa de obrigações tributárias;
- (b) Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento com depósito judicial, para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS, no Banco Votorantim e em suas controladas BV Financeira e Votorantim CTVM. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar. O valor ora reclassificado será atualizado pela taxa SELIC até a data da efetiva conversão do depósito;
- (c) Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a desmutualização da CETIP oriundos de suas controladas Votorantim CTVM e Votorantim ASSET, aplicando-se a redução de multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal.

Segue abaixo detalhamento dos efeitos em resultado com a adesão ao REFIS.

	31.12.2014
Detalhamento dos efeitos com REFIS (efeitos em resultado)	
Reversão da Obrigação Fiscal de IRPJ e CSLL	191.767
Constituição do Contas à Pagar de IRPJ e CSLL	(174.765)
Pagamento da COFINS objeto de adesão ao REFIS	(13.936)
Benefício pela redução de multa e juros	62.825
Outras despesas tributárias relacionadas ao REFIS	(536)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	65.355
Despesa de IRPJ e CSLL sobre os ajustes do REFIS	(3.339)
Resultado após despesa de IRPJ e CSLL	62.016

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2014	Exercício/2014
Honorários	8.522	16.297
Gratificações	2.800	21.406
Encargos sociais	3.354	11.086
Total	14.676	48.789

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.630, eliminado no processo de consolidação do Conglomerado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 10.368.449. O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2014						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da administração (c)	Outras(d)	
Ativos							
Disponibilidades	95.825	-	-	-	-	-	95.825
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.535.010	-	23.532.121	-	-	-	27.067.131
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	9.914	29.104.800	-	-	1.460.047	30.574.761
Outros créditos	23.881	2.706	38.808	9	-	701	66.105
Passivos							
Depósitos à vista	(18)	(174)	(6.357)	(84)	(159)	(205)	(6.997)
Depósitos a prazo	-	(6.311)	(5.204)	(231.999)	(512)	-	(244.026)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(388.232)	-	-	-	(388.232)
Obrigações por operações compromissadas	(1.842)	(324.090)	(214)	-	(220)	-	(326.366)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	(15.019)	-	(15.019)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.246)	-	-	-	-	-	(7.246)
Instrumentos financeiros derivativos	(87.154)	(9.857)	(23.357.150)	-	-	-	(23.454.161)
Outras obrigações	(14.791.725)	-	(1.363)	-	-	(472.897)	(15.265.985)
2º Semestre/2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	757.305	4.919	1.697.950	-	261	41.368	2.501.803
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(3.971)	(25.871)	(303.936)	(28.087)	(1.128)	-	(362.993)
Exercício/2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.392.691	155.011	3.064.732	-	261	168.978	4.781.673
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(10.112)	(34.114)	(612.439)	(37.142)	(3.031)	-	(696.838)

- (a) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 2 identificadas no item (1).
(b) Inclui BVIP - BV Investimentos e Participações S.A., BVIA - BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A.
(c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal
(d) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 2 identificadas no item (3).

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

O Conglomerado implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

O Conglomerado possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados e diretores do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) do Conglomerado baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) do Conglomerado e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos do Conglomerado R\$ 70.887 em relação às transações de incentivos de longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos no resultado em Despesas de Pessoal - Proventos do Conglomerado R\$ 164.313 em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie. Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 191.205.

Cálculo do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado concedeu 87.178.062 ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2013, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis e obrigações legais

	2º Semestre/ 2014	Exercício/2014
Demandas fiscais		
Saldo inicial	655.264	573.264
Constituições	29.664	92.716
Reversões	(622.980)	(626.757)
Baixas	(539)	(765)
Atualizações	10.148	33.099
Saldo final	71.557	71.557
Demandas cíveis		
Saldo inicial	337.305	327.696
Constituições	74.065	161.123
Reversões	(34.042)	(79.014)
Baixas	(58.563)	(108.066)
Atualizações	6.203	23.229
Saldo final	324.968	324.968
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	876.887	751.257
Constituições	142.584	315.078
Reversões (a)	(7.097)	(68.226)
Baixas (a)	(99.287)	(132.276)
Atualizações	48.767	96.021
Saldo final	961.854	961.854
Obrigação legal		
Saldo inicial	11.149	640
Constituições	1.250	11.749
Baixas	(10.500)	(10.500)
Atualizações	15	25
Saldo final	1.914	1.914

(a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Para as contingências, não é possível mensurar com suficiente segurança um cronograma de desembolso para os montantes envolvidos.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN nº 3.823/2009.

	31.12.2014
Contingências fiscais	(a) 1.032.103
Contingências cíveis	(b) 27.585
Contingências trabalhistas	(c) 1.393.812
Total	2.453.500

(a) Referem-se basicamente a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 211.148; b) INSS sobre PLR R\$ 217.337; c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 113.051; d) ISS R\$ 19.709; e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 36.735; f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 34.177; g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 25.577; h) IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 R\$ 94.075; i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 113.679 (recepcionado em 12/2014); j) CSLL - Exclusão Indevida na BC de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros R\$ 66.031 (recepcionado em 12/2014).

(b) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2014
Contingências fiscais	609.994
Contingências cíveis	157.356
Contingências trabalhistas	170.494
Outros	46
Total	937.890

d) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

g) Riscos relacionados preponderantemente aos Fundos de Investimentos

- *Risco de não indenização pela BV Financeira* - Caso a BV Financeira não cumpra com sua obrigação de indenizar o Fundo na ocorrência de um “Evento de Indenização”, o Fundo terá em sua carteira direitos creditórios cedidos que não atendem à sua política de investimento. Direitos creditórios cedidos que não atendem à política de investimento também trazem para o Fundo riscos adicionais àqueles originalmente antecipados, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

- *Risco de descontinuidade* - Caso o Fundo não encontre novos direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente: i) pela falta de geração de direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade pela BV Financeira (em função de alterações no contexto econômico que influenciem a geração de recebíveis); e ii) pelo descumprimento, pela BV Financeira, de sua obrigação de ceder direitos creditórios para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das cotas em função da impossibilidade de aquisição de ativos com a rentabilidade proporcionalizada pelos direitos creditórios.
- *Risco de ausência de registro dos termos de cessão* - Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da BV Financeira, a eficácia perante terceiros da transferência de propriedade dos direitos creditórios cedidos ao Fundo poderá ser questionada com base na ausência de registro dos Termos de Cessão no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos.
- *Risco operacional* - Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos direitos creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do Banco Arrecadador ou problemas internos das instituições financeiras.
- *Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada* - O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.
- *Risco de liquidação antecipada do Fundo* - Caso ocorra a liquidação antecipada do Fundo, as cotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os titulares das cotas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas cotas, que poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionalizada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou pela Administradora qualquer multa ou compensação em decorrência desse fato.
- *Risco de restrição de resgates em caso de iliquidez dos ativos do Fundo* - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates considerados pela Administradora incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do Fundo ou dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora poderá estabelecer, a seu exclusivo critério, que os pagamentos referentes à valorização das cotas sejam realizados mensalmente e que os pagamentos referentes ao valor principal das cotas sejam feitos em até 1 (um) ano contado da data de vencimento do direito creditório cedido com prazo de vencimento mais longo da carteira do Fundo. Os cotistas do Fundo poderão sofrer prejuízos em decorrência desta restrição aos resgates de cotas.
- *Risco relativo ao resgate das cotas seniores em direitos creditórios cedidos* - Caso ocorra a liquidação antecipada do Fundo, na hipótese da assembleia geral de cotistas do Fundo deliberar o resgate das cotas seniores mediante a entrega de direitos creditórios cedidos, os titulares de cotas seniores poderão encontrar dificuldades para: i) vender os direitos creditórios cedidos recebidos; e/ou ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos devedores em relação aos direitos creditórios cedidos inadimplentes.
- *Risco relatório à BV Financeira como fiel depositária dos documentos representativos dos direitos creditórios cedidos* - A BV Financeira será responsável, na qualidade de fiel depositária, pela guarda dos documentos representativos dos direitos creditórios cedidos. Os documentos representativos dos direitos creditórios cedidos podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios cedidos ou podem, ainda, ser perdidos ou destruídos, podendo acarretar prejuízos para o Fundo em caso de inadimplimento ou questionamento judicial relativo a tais direitos creditórios cedidos. A guarda dos referidos documentos pela BV Financeira pode representar uma limitação ao Fundo verificar a devida

originação e/ou formalização dos direitos creditórios cedidos, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais direitos creditórios cedidos.

- *Inexistência de rendimento predeterminado* - O valor das cotas seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos no Regulamento do Fundo. Tal atualização tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das cotas seniores quando do resgate de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou da BV Financeira em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

O Administrador e o Gestor utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a carteira e modelos de gestão de ativos que traduzem em cuidadosos processos de investimento e de avaliação dos riscos financeiros, apoiados em sistemas informatizados e procedimentos formais de decisão.

Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de o Administrador e o Gestor manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial
Exercício 2014
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Índice de Basileia	31.12.2014
PR - Patrimônio de Referência	11.276.250
Nível I	7.159.444
Capital Principal	7.159.444
Patrimônio Líquido	7.553.874
Ajustes Prudenciais	(394.430)
Ativos diferidos	(41.558)
Outros	(352.872)
Ajustes ao valor de mercado	-
Nível II	4.116.805
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	4.116.805
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	434.289
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 (a) (b)	3.682.516
Recursos captados no exterior	2.153.687
Recursos captados com CDB	311.373
Recursos captados com Letras Financeiras	1.217.456
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	75.374.854
Risco de Crédito (RWACPAD)	67.931.827
Risco de Mercado (RWAMPAD)	3.255.044
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.187.983
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (c)	8.291.234
Capital Principal Mínimo Requerido (d)	3.391.868
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido (e)	4.145.617
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	231.291
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.985.016
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.767.576
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	3.013.827
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.753.725
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,50%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,50%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,96%

(a) Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(b) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

(c) Corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:

- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(d) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(e) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

h) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em relação ao PR em 31.12.2014 é de 4,00%, exigido para o Consolidado Financeiro (3,89% em 31.12.2013), conforme Resolução CMN nº 4.192/2013 e foi apurado em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999.

	R\$ mil
Limite de imobilização	31.12.2014
Limite para imobilização	5.638.123
Valor da situação para o limite de imobilização	451.833
Valor da margem ou insuficiência	5.186.290

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2014 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Resolução CMN 4.294/2013 que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País

Em 20 de dezembro de 2013 o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.294/2013, complementada pelas Circulares BACEN nº 3.693/2013 e nº 3.722/2014 e 3.738/2014, cuja vigência iniciará em 02 de janeiro de 2015, as quais estabeleceram procedimentos para contratação, remuneração e contabilização da remuneração de correspondentes, cujos impactos serão tratados de forma prospectiva, ou seja, trarão efeitos no resultado apenas a partir do exercício de 2015. O Conglomerado adotará a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.693/2013 do reconhecimento em despesa de forma diferida e linear no prazo máximo de 36 meses de até dois terços da remuneração referente à originação ocorrida no ano de 2015 de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes no País; e de até um terço para as operações originadas no ano de 2016. Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro 2014 não serão impactos pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2020, uma vez o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com o prazo das operações.

c) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

d) Nova parceria comercial com o Banco do Brasil

O Banco Votorantim S.A. (“BV”) e o Banco do Brasil S.A. (“BB”) aprovaram em 12/08/2014 uma parceria para a ampliação da capacidade comercial e de prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, visando ganhos de eficiência operacional e especialização em Crédito Consignado. Esta parceria prevê a utilização de subsidiária integral vinculada ao BV, que atuará como promotora de vendas e gestora da rede de correspondentes comerciais.

A efetivação do negócio está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

e) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.
